

## CÂMARA MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

**Edital n.º 77/98 — AP.** — Luis Ribeiro Pereira, presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere:

Torna público que foi aprovado pela Câmara Municipal, em reunião do passado dia 7 de Abril, e pela Assembleia Municipal, em sessão do passado dia 25 de Abril, o Regulamento das Piscinas Municipais.

Para constar e devidos efeitos se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

6 de Maio de 1998. — O Presidente da Câmara, *Luis Ribeiro Pereira*.

### Regulamento das Piscinas Municipais

#### CAPÍTULO I

#### Das piscinas e instalações

##### Artigo 1.º

As piscinas municipais funcionam todo o ano, em dois períodos:

Período de Verão;

Período de Inverno (piscina coberta e aquecida).

§ 1.º As datas de abertura e encerramento de um e outro período serão determinadas pela Câmara Municipal.

§ 2.º O horário de funcionamento será afixado à entrada das piscinas, após a sua aprovação pela Câmara Municipal.

##### Artigo 2.º

A admissão no recinto e a utilização das piscinas far-se-á de acordo com o estipulado no presente Regulamento.

##### Artigo 3.º

A entrada de crianças com idade inferior a 10 anos só é permitida quando acompanhadas ou autorizadas pelos pais ou por quem os represente.

§ 1.º A autorização dos pais considera-se dada na obtenção do cartão de ingresso ou pela apresentação de documento escrito a exhibir na recepção.

§ 2.º A zona infantil é reservada exclusivamente a crianças com idade inferior a 10 anos (inclusive) e seus acompanhantes.

##### Artigo 4.º

O ingresso nas várias áreas do complexo está dependente do pagamento das taxas de utilização previstas no artigo 17.º

##### Artigo 5.º

a) As taxas de entrada e utilização referidas no artigo 17.º serão afixadas à entrada, junto ao horário de funcionamento.

b) As taxas de entrada e utilização são válidas por períodos de uma hora cada e têm início sempre numa hora determinada.

##### Artigo 6.º

Não haverá senhas de saída.

##### Artigo 7.º

Será vedada a entrada e uso das instalações aos indivíduos que não garantam a necessária higiene da água ou do recinto.

##### Artigo 8.º

Os portadores de doenças infecto-contagiosas, bem como inflamações ou doenças de pele, serão excluídos do uso dos tanques de natção, incorrendo nas penalidades legais, caso o façam.

§ 1.º Quando se julgue necessário, pode ser exigido ao banhista declaração médica comprovativa do seu estado sanitário.

##### Artigo 9.º

Os responsáveis por estragos, propositadamente ou por falta de cuidado, serão obrigados a suportar as respectivas despesas.

##### Artigo 10.º

A Câmara Municipal não se responsabiliza por quaisquer objectos desaparecidos ou deteriorados pertencentes aos utilizadores.

##### Artigo 11.º

É expressamente proibida a entrada no complexo das piscinas de pessoas que apresentem notório estado de embriaguez ou sob o efeito de drogas.

##### Artigo 12.º

Não é permitida a entrada de quaisquer animais no complexo das piscinas.

##### Artigo 13.º

Os utilizadores devem, ainda:

- 1) Ter um comportamento correcto dentro das instalações do complexo das piscinas;
- 2) Vestirem-se e despirem-se no vestiário;
- 3) Utilizar o chuveiro e lava-pés antes de entrar na piscina;
- 4) Utilizar apenas a piscina destinada à idade respectiva;
- 5) Respeitar e acatar as determinações do pessoal de serviço e cumprir as disposições regulamentares.

##### Artigo 14.º

É expressamente proibido:

- 1) Penetrar calçado na zona exclusivamente destinada a banhistas;
- 2) Deixar cair qualquer tipo de lixo ou objectos para o chão;
- 3) Tomar refeições que impliquem a utilização imprópria do espaço ou prejudiquem as condições de higiene;
- 4) Projectar, propositadamente, água para o exterior da piscina;
- 5) Escarrar, cuspir ou assoar-se para a água da piscina;
- 6) Empurrar qualquer pessoa para a piscina ou mergulhá-la;
- 7) Utilizar para diversão quaisquer objectos ou utensílios que possam incomodar os restantes utilizadores ou poluir a água;
- 8) Fumar dentro do complexo das piscinas;
- 9) Utilizar a piscina coberta sem o uso de touca que evite eficazmente a queda de cabelos.

##### Artigo 15.º

Aos utilizadores que desrespeitem pessoas ou normas, sendo reincidentes, será retirado o direito à utilização e admissão no complexo das piscinas.

##### Artigo 16.º

Os vestiários e roupeiros são separados para os sexos masculino e feminino, bem como as instalações sanitárias.

## CAPÍTULO II

### Das taxas de utilização

##### Artigo 17.º

As taxas de utilização das piscinas são as constantes de tabela a aprovar pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

## CAPÍTULO III

## Dos fatos de banho

## Artigo 18.º

Todos os banhistas deverão envergar fatos de banho que obedeçam às disposições legais em vigor.

§ único. Os banhistas que não envergarem fatos de banho de acordo com as normas estabelecidas, não serão autorizados a tomar banho ou passear-se fora dos vestiários. Caso sejam obrigados a abandonar as piscinas, não lhes será restituída a importância correspondente ao bilhete de entrada.

## CAPÍTULO IV

## Dos clubes/associações e escolas

## Artigo 19.º

A Câmara poderá criar ou autorizar o funcionamento de escolas de natação, em condições e horário a definir por esta.

## Artigo 20.º

As escolas de natação deverão ser orientadas por professores, instrutores ou monitores, devidamente habilitados, e como tal reconhecidos pela Câmara.

## Artigo 21.º

Os alunos das escolas de natação e os nadadores desportivos devem obedecer às ordens dos seus professores, instrutores ou monitores e observar rigorosamente as determinações do presente Regulamento.

## Artigo 22.º

A associação/clube autorizada(o) a ministrar aulas/treinos de natação a classes/grupos organizados procederá da forma que se indica:

## A) Clubes/associações (a seguir designados por entidade):

- a) A entidade trata das inscrições, organização de classes, contratação e pagamento de professores/monitores, ensino da natação, etc.;
- b) A entidade paga à Câmara as taxas de ingresso na piscina, previstas e aprovadas no Regulamento;
- c) A Câmara atribui à entidade, semanalmente, um número determinado de horas/pistas, sempre que possível de acordo com o pedido feito;
- d) A entidade responsabiliza-se pelos danos causados no complexo e imputáveis aos atletas;
- e) Os atletas utilizam balneário colectivo;
- f) A Câmara poderá ceder as instalações gratuitamente ou com a redução de taxas desde que as iniciativas sejam consideradas de interesse para o concelho.

## Artigo 23.º

Os estabelecimentos de ensino poderão frequentar as piscinas municipais para aí serem ministradas aulas de natação, se para tal forem autorizados, dentro do horário e no espaço que lhes for previamente distribuído, e de acordo com o que se indica:

## A) Escolas do 2.º e 3.º ciclo e ensino secundário, profissional/tecnológico e ensino especial:

- a) As aulas são ministradas pelos professores de educação física ou professores/monitores próprios de natação, que garantem a ordem e disciplina dentro do complexo, em conformidade com o regulamento aprovado;
- b) As entradas são gratuitas;
- c) A Câmara atribui ao estabelecimento de ensino um determinado número de horas/pistas na piscina, sempre que possível de acordo com o pedido feito;
- d) O estabelecimento de ensino responsabiliza-se pelos danos causados pelos alunos no complexo das piscinas;
- e) Os alunos utilizam os balneários colectivos;

## B) Escolas do 1.º ciclo e jardins-de-infância:

- a) As classes são acompanhadas pelo respectivo professor/educador;
- b) As aulas são ministradas por um monitor pago pela Câmara Municipal;
- c) As entradas são gratuitas;
- d) A escola/jardim-de-infância responsabiliza-se pelos danos causados pelos alunos no complexo das piscinas;
- e) Os alunos utilizam os balneários colectivos.

## Artigo 24.º

O calendário e horário dos espaços e tempos de utilização das piscinas atribuídos às escolas e associações/clubes, após a sua aprovação pela Câmara, será comunicado por escrito aos grupos de utilizadores, os quais dispõem de um prazo máximo de 15 dias, contados a partir da data do envio da comunicação, para dar início à actividade.

§ único. Esgotado o prazo indicado, o espaço e tempo atribuídos e não utilizados serão considerados disponíveis.

## Artigo 25.º

Após o início da actividade, o grupo utilizador (escola/associação/clube) apenas poderá dar três faltas injustificadas, seguidas ou interpoladas.

§ único. Ultrapassado o limite indicado, o grupo utilizador será excluído da frequência das piscinas, considerando-se vago o respectivo tempo de utilização.

## Artigo 26.º

Será preenchido diariamente um mapa de presenças, o qual será tido em conta sempre que a assiduidade de qualquer grupo seja objecto de análise e quando da elaboração do calendário de utilização.

## CAPÍTULO V

## Das provas desportivas e festas

## Artigo 27.º

Poderão realizar-se provas desportivas ou outras manifestações desportivo-culturais nas piscinas, organizadas pela Câmara Municipal ou por quaisquer outras entidades, neste caso, mediante autorização e acordo prévio com a Câmara.

## Artigo 28.º

Os preços de entrada para as situações previstas no artigo anterior, bem como as condições de exploração, serão resultantes de acordo entre a Câmara e a entidade organizadora.

## CAPÍTULO VI

## Do pessoal

## Artigo 29.º

O pessoal de serviço cumprirá escrupulosamente o horário que lhe for distribuído. Permanece no seu posto de trabalho, desempenhando as tarefas que lhe foram atribuídas, e pelas quais responde directamente perante o encarregado.

## Artigo 30.º

O pessoal deve apresentar-se devidamente limpo, envergando vestuário apropriado ao serviço e de acordo com as normas emanadas superiormente.

## Artigo 31.º

Durante o serviço não é permitido ao pessoal comer ou beber em locais destinados ao uso dos utilizadores.

## Artigo 32.º

O pessoal de serviço, nos intervalos do funcionamento das piscinas, procederá à limpeza do recinto, balneários e restantes es-

paços, de modo que no período de utilização seguinte tudo esteja limpo e em ordem.

Artigo 33.º

É proibida a entrada de pessoas estranhas ao serviço nas dependências não destinadas aos utilizadores, devidamente assinaladas, e nas piscinas durante o seu esvaziamento e limpeza.

## CAPÍTULO VII

### Disposições finais

Artigo 34.º

A Câmara Municipal poderá promulgar normas ou instruções julgadas necessárias ou convenientes para tornar exequível o presente Regulamento.

Artigo 35.º

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação do presente Regulamento serão resolvidos por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 36.º

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação.

Aprovado pela Câmara Municipal em 7 de Abril de 1998.

Aprovado pela Assembleia Municipal em 25 de Abril de 1998.

### Tabela de taxas de utilização horária

#### Bilhetes simples

Escalões etários	Segunda-feira a sexta-feira	Sábados, domingos e feriados
Até seis anos.....	Grátis	Grátis
(*) Dos 7 aos 14 anos.....	120\$00	150\$00
Mais de 14 anos.....	200\$00	250\$00

(\*) Esta tabela é aplicada também a portadores de cartão jovem, portadores de cartão de estudante, reformados e utilizadores com mais de 65 anos de idade.

#### Cartões de 20 entradas

Escalões etários	Validos para todos os dias
Até aos 14 anos.....	2200\$00
Mais de 14 anos.....	3200\$00

Ensino de natação (por colectividade, com o mínimo de 15 utentes) — 120\$/hora/aluno.

**Edital n.º 78/98 — AP.** — Luís Ribeiro Pereira, presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere:

Torna público que foi aprovado pela Câmara Municipal, em reunião do passado dia 7 de Abril, e pela Assembleia Municipal, em sessão do passado dia 25 de Abril, o Regulamento para Utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Ferreira do Zêzere.

Para constar e devidos efeitos se publica este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

6 de Maio de 1998. — O Presidente da Câmara. *Luís Ribeiro Pereira.*